

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
Departamento de Ciências da Informação

Ricardo Petry Pithan

**O PAPEL DA BIBLIOTECA NA RESSOCIALIZAÇÃO DAS
DETENTAS NO ENSINO SUPERIOR NA PENITENCIÁRIA
FEMININA MADRE PELLETIER EM PORTO ALEGRE.**

Porto Alegre
2008

Ricardo Petry Pithan

**O PAPEL DA BIBLIOTECA NA RESSOCIALIZAÇÃO DAS
DETENTAS NO ENSINO SUPERIOR NA PENITENCIÁRIA
FEMININA MADRE PELLETIER EM PORTO ALEGRE.**

Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de
Biblioteconomia do Departamento de Ciências
da Informação da Faculdade de
Biblioteconomia e Comunicação da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Orientadora: Prof^a MS Martha Eddy Krumenauer
Kling Bonotto

Porto Alegre
2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. José Carlos Ferraz Hennemann

Vice-Reitor: Prof. Pedro Cezar Dutra Fonseca

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretor: Prof. Dr. Valdir José Morigi

Vice-Diretor: Prof. Ricardo Schneiders da Silva

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Prof^a Dr^a. Iara Conceição Bitencourt Neves

Chefe Substituta: Prof^a. MS. Marlise Maria Giovanaz

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Coordenadora: Prof^a. MS. Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Chefe Substituta: Prof^a. Maria Lúcia Dias

CIP - Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

P683p

Pithan, Ricardo Petry

O papel da biblioteca na ressocialização das detentas no ensino superior na Penitenciária Feminina Madre Pelletier em Porto Alegre / Ricardo Petry Pithan ; orientação de Martha Eddy Kling Bonotto. -- Porto Alegre, 2008. -- Monografia (Graduação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. UFGS, 2008.

1.Biblioteca 2. Biblioteca prisional 3. Biblioteca especial
4.Biblioteca especializada 5.Ressocialização I. Título.

CDU: 027.6(816.5)

Departamento de Ciências da Informação

Rua Ramiro Barcelos, 2705

Campus Saúde

Bairro Santana

Porto Alegre – RS

CEP: 90035-007

Telefone: (51) 3316-5067

Fax: (51) 3316-5435

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
Departamento de Ciências da Informação

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia, “O Papel da Biblioteca na Ressocialização das Detentas no Ensino Superior na Penitenciária Feminina Madre Pelletier em Porto Alegre”, elaborado por Ricardo Petry Pithan, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Banca Examinadora

Prof^a MS. Martha Eddy Krummenauer Kling Bonotto

Prof^a Dr^a Iara Conceição Bitencourt Neves

Prof^a Maria Hedy Lubisco Pandolfi

Data: ____ / ____ / ____

AGRADECIMENTOS

À minha professora orientadora, Martha Bonotto, pela dedicação e o tempo dispensado, à bibliotecária Marialva pela ajuda e apoio e ao professor Marcos Rolim, pela disponibilidade e cooperação.

“Educai as crianças e não será preciso punir os homens.”

Pitágoras

Dedicatória

À minha família, e a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho é um estudo feito sobre a primeira biblioteca especial e especializada no Rio Grande do Sul e no Brasil instalada dentro de uma unidade prisional, que tem como usuárias as alunas-detentas cursando Serviço Social. A pesquisa foi realizada junto à Biblioteca Madre Pelletier do IPA. Visa traçar o perfil das detentas que cursam o curso superior de Serviço Social dentro da Penitenciária e mostrar a importância e o papel da Biblioteca na ressocialização desse público especial. Mostra o nível de satisfação das usuárias e suas necessidades em relação à biblioteca; também aponta as dificuldades e os desafios enfrentados pelo profissional bibliotecário inserido nesse contexto. O referencial teórico aborda os tipos de bibliotecas, especial e especializada; comunidades e estudos de comunidade e a comunidade prisional. Faz um levantamento das leis sobre a obrigatoriedade da existência de bibliotecas nos presídios, além de discorrer sobre a importância da educação. Utiliza como instrumento de coleta de dados questionário e entrevistas. A metodologia utilizada foi a de um estudo de caso com uma pesquisa exploratória de caráter quanti-qualitativo. Estabelece também um rol de sugestões para a aplicação de melhorias no uso dos recursos oferecidos às detentas.

Palavras-Chave: Biblioteca Prisional; Biblioteca Especial; Biblioteca Especializada; Porto Alegre; Ressocialização; Detentas.

ABSTRACT

This work is a study done on the first library special and specialized in Rio Grande do Sul and in Brazil installed inside a prison unity. What has how the detainees usufructuary. The inquiry was carried out near the Prison Library of the IPA – Nun Pelletier. It aims to draw the profile of the detainees who attend the degree course of Social Service inside the prison and to show the importance and the paper of the Library in the ressocialização of this special public. It shows the level of satisfaction of this public and his necessities regarding the library and also the difficulties and the challenges faced by the professional librarian inserted in this context. The theoretical referential system boards the types of libraries, special and specialized; the prison community and it does a lifting of the laws on the obligatoriness of the library in the prisons, besides talking about the importance of the education. It uses like instrument of collection of data questionnaire and interviews. The methodology uses it was that of a case study with an inquiry exploratória of qualitative character. It establishes also a roll of suggestions for the application of improvements in the use of the resources offered to the detainees.

Key words: Prison library; Special Library; Specialized Library; Porto Alegre; Ressocialização; Detainees.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Mapa Carcerário	32
Ilustração 2 – Penitenciária Madre Pelletier	33

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
JUSTIFICATIVA	13
2 OBJETIVOS	14
2.1 Objetivo Geral	14
2.2 Objetivos Específicos	14
3 REFERENCIAL TEÓRICO	15
3.1 BIBLIOTECA ESPECIALIZADA	15
3.2 BIBLIOTECA ESPECIAL	17
3.3 ESTUDOS DE COMUNIDADE	20
3.4 O DETENTO E O DIREITO À EDUCAÇÃO	22
3.4.1 Ressocialização Através da Educação	24
3.4.2 A Biblioteca Prisional na Legislação	25
3.5 O BIBLIOTECÁRIO COMO EDUCADOR	26
4 METODOLOGIA	28
4.1 TIPO DE ESTUDO	28
4.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	28
4.3 SUJEITOS DA PESQUISA	30
4.4 CONTEXTO DA PESQUISA	30
4.4.1 O Sistema Prisional	31
4.4.2 A Penitenciária Feminina Madre Pelletier	32
4.4.3 O Projeto do Centro Universitário IPA Metodista/2006	33
4.4.4 A Biblioteca Madre Pelletier do IPA	35

5 ANÁLISE DOS DADOS	37
5.1 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	37
5.2 LIMITAÇÕES DO ESTUDO	39
5.3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	39
5.3.1 Análise da Entrevista com a Bibliotecária e o Professor	40
5.3.2 ANÁLISE da Entrevista com a Professora e Coordenadora da Cátedra de Direitos Humanos do IPA.....	43
5.4 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS PELAS DETENTAS.....	44
5.4.1 Faixa Etária e Regime Prisional	44
5.4.2 Escolaridade das Alunas-Detentas	45
5.4.3 A Visão das Detentas Sobre a Biblioteca Madre Pelletier	45
6 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
7 RECOMENDAÇÕES	51
REFERÊNCIAS	53
Apêndice A - Questionário sobre a Biblioteca Madre Pelletier do IPA	56
Apêndice B - Transcrição da Entrevista com a Bibliotecária do IPA Responsável pela Biblioteca Madre Pelletier	59
Apêndice C - Transcrição da Entrevista com o Professor e Membro da Cátedra de Direitos Humanos do IPA.....	61
Apêndice D – Transcrição da Entrevista com a Professora e Coordenadora da Cátedra de Direitos Humanos do IPA.....	63
Anexo A - Projeto de Lei do Senado nº 164,de 2007	64

1 INTRODUÇÃO

Através dos tempos, a conscientização sobre o acesso à educação das classes menos favorecidas, os ditos excluídos, vem ganhando destaque com diversos programas no Brasil, como por exemplo: o EJA – Educação de Jovens e Adultos¹ e o ProUni – Programa Universidade para Todos², que procuram atender preferencialmente essas classes. Entre essas classes, podemos citar como exemplo a dos presidiários, que são o objeto deste estudo.

A educação e a profissionalização na preparação da (re) inserção do preso no convívio social e moral são instrumentos importantes no processo de ressocialização dessa categoria.

O sistema prisional traz, incutido em seu cerne, a idéia de que as instituições prisionais são eficazes em punir, ao mesmo tempo em que preparam os indivíduos para serem ressocializados, tarefa muito difícil, dada a atual situação caótica desse sistema no Brasil, configurando-se num grande desafio social.

Cabe ressaltar também que a educação e o trabalho para os presos não devem ser vistos como caridade ou filantropia, uma vez que estão previstos em lei, mas infelizmente ainda não são aplicados efetivamente em todas as unidades prisionais.

Para pôr em prática os programas educacionais propostos pelo Governo, mesmo sabendo que a educação é atribuição do Estado e um direito de todos, há necessidade de parcerias, convênios e voluntariados, exigindo em muitos casos uma estruturação por parte desses sistemas para atender esse tipo de público especial, que são os presos. Há inclusive leis específicas que prevêem a participação de empresas e instituições privadas em atividades educacionais nas prisões. Neste

¹ Parecer 05/97 do Conselho Nacional de Educação - aborda a questão da denominação "Educação de Jovens e Adultos" e "Ensino Supletivo", define os limites de idade fixados para que jovens e adultos se submetam exames supletivos, define as competências dos sistemas de ensino e explicita as possibilidades de certificação. Disponível em: < portal.mec.gov.br/secad/index.php>. Acesso em: 24 de set. 2007.

² O ProUni concede bolsas de estudos integrais e parciais para estudantes de baixa renda, nos cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em 1.424 instituições privadas de educação superior. Disponível em: < www.mec.gov.br/prouni>. Acesso em: 24 set. 2007.

caso específico, trata-se de uma universidade com a implantação de um curso superior dentro de uma penitenciária.

A biblioteca, dada a sua importância no processo educacional, também tem sua implantação nos presídios prevista em lei. Percebe-se que também os futuros bibliotecários se preocupam com a questão das bibliotecas nesse contexto, havendo até mesmo alguns trabalhos acadêmicos de pesquisa realizados em algumas unidades prisionais sobre essas bibliotecas, denominadas especiais, dado o tipo de público que atendem.

O papel de uma universidade nesse tipo de parceria de ensino aos presos, pode ser visto como uma janela para o mundo, pois ajuda a ampliar as perspectivas futuras de pessoas privadas de sua liberdade. O papel da biblioteca nesse contexto também se amplia, pois passa a ter uma nova categoria de usuários: usuários com necessidades específicas. Esses usuários se distinguem daqueles mais comumente atendidos pelas bibliotecas prisionais, que normalmente necessitam ou desejam informações de âmbito mais geral ou leituras de lazer.

Para atender esse tipo de público, que são os presos com acesso a um curso superior, mas agora de maneira mais específica, surge a necessidade de uma biblioteca especializada. Sabemos que as bibliotecas especializadas são aquelas que atendem uma área específica do conhecimento. Pelo que se tem notícia, temos atualmente no Rio Grande do Sul a primeira biblioteca especial e especializada do Brasil, criada especialmente para atender uma comunidade prisional, que será alvo deste estudo. Sua criação deve-se à implantação de um curso superior dentro de uma penitenciária, também o primeiro de que se tem conhecimento no nosso Estado e no Brasil. Este Curso foi criado através de convênio com uma instituição de ensino privado.

Com a aplicação das leis que prevêem o acesso de presos à educação, automaticamente haverá a necessidade da criação de mais bibliotecas, principalmente as especializadas, em se tratando de um curso superior. Podemos ressaltar o papel da biblioteca nestes contextos através da disseminação da informação e do conhecimento, ela pode ajudar o indivíduo a se libertar e a repensar a sua história, sendo uma grande aliada no combate à ociosidade e uma grande auxiliar no processo ressocializatório dessas pessoas.

JUSTIFICATIVA

O interesse pelo assunto decorreu do fato de nosso Estado ser pioneiro na implantação de um curso em nível superior dentro de uma penitenciária, tratando-se, portanto de uma comunidade especial e com muitas limitações. Outro item foi o fato de ser criada uma biblioteca que, além de especial é também especializada e se localiza dentro de uma penitenciária. É a primeira biblioteca de que se tem conhecimento no nosso Estado e no Brasil com essa dupla característica.

Vários fatores destacaram-se para esta escolha, principalmente por haver muito discurso e pouca ação pelos órgãos governamentais em relação ao sistema carcerário. Dentre esses fatores destacam-se os desafios que enfrenta o profissional bibliotecário como disseminador da informação e como educador inserido nesse contexto.

Este trabalho não tem o objetivo de debater, polemizar ou discutir a realidade do sistema prisional como um todo, pois os seus problemas já são conhecidos, como a superpopulação, a segregação, a ociosidade e a violência.

2 OBJETIVOS

Este estudo tem como objetivos:

2.1 OBJETIVO GERAL

Verificar a importância da Biblioteca Madre Pelletier do IPA como disseminadora da informação e o seu papel na ressocialização das internas, alunas do curso superior de Serviço Social, na Penitenciária Feminina Madre Pelletier.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) identificar a proposta e a ação da Biblioteca Madre Pelletier do IPA em relação a suas usuárias, as alunas-detentas;
- b) levantar as necessidades informacionais das suas usuárias;
- c) identificar os recursos informacionais utilizados por elas;
- d) avaliar o nível de satisfação das usuárias em relação:
ao acervo da Biblioteca, às instalações e ao atendimento.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Fez-se um estudo da literatura existente para um embasamento teórico e conceitual do assunto e, em função de ser este um trabalho sobre uma biblioteca com características *sui generis*, uma vez que, pelo que se tem conhecimento, é a única especializada dentro de um presídio, constituindo-se, assim, em biblioteca especial e especializada ao mesmo tempo. Houve necessidade de buscar informações em diversas fontes, como trabalhos acadêmicos anteriores, livros jurídicos e *sites* oficiais. Em virtude da escassez de literatura específica sobre este assunto, tanto na área da Biblioteconomia como em estudos produzidos pelos diversos órgãos e instituições que atendem este tipo de população, em nosso país, as fontes utilizadas, em sua maioria, foram as mais recentes disponíveis, relacionadas com a questão. Foi feito também um levantamento das leis existentes sobre a obrigatoriedade de unidades de informação e de educação dentro dos presídios. Foi possível, assim, através dessas fontes, obter informações e alguns esclarecimentos sobre o assunto tratado.

3.1 BIBLIOTECA ESPECIALIZADA

Conforme Figueiredo (1979, p.10): “As bibliotecas especializadas começaram a surgir no início do séc. XX, acompanhando o desenvolvimento da fase industrial e em resposta ao avanço da área de ciência e tecnologia.” A partir daí não pararam de crescer e se expandir, podendo estar localizadas em universidades, em companhias comerciais e industriais e órgãos públicos. Apresentam duas diferenças marcantes em relação às bibliotecas públicas, que são os usuários que atendem e o acervo que possuem. As públicas atendem ao público em geral e têm acervo variado, as especializadas atendem a um público específico e têm um acervo voltado para uma área específica do conhecimento. O tamanho quase sempre pequeno das coleções, com trabalho constante de avaliação e intensa atividade de cooperação bibliográfica

entre si, é outra característica das bibliotecas especializadas. Volpato (1999, p. 39) assegura que:

As bibliotecas especializadas têm características peculiares, principalmente em relação a um acervo mais seletivo e atual, se comparado aos modelos de bibliotecas tradicionais, como bibliotecas públicas e escolares, e mesmo às bibliotecas universitárias com seus acervos mais diversificados em termos de área de conhecimento.

Os usuários das bibliotecas especializadas, dependendo do seu campo de atuação, podem ser advogados, médicos, estudantes e outros profissionais cujas necessidades de informação se relacionam diretamente com sua carreira ou o serviço que prestam à sociedade. Segundo Guinchat e Menou (1994, p. 336):

A biblioteca especializada varia conforme a natureza de sua especialização. Algumas são especializadas em uma única disciplina ou campo do conhecimento e abertas ao público em geral. Outras são especializadas em um tipo de documento, como as patentes, as normas e os documentos administrativos. Outras são abertas apenas a uma categoria definida de usuários, geralmente membros da organização na qual se encontra a biblioteca e, eventualmente, a pessoas com uma autorização especial.

As bibliotecas especializadas podem ser disseminadoras ou guardiãs da informação, tendo às vezes de guardar informações que não podem ser divulgadas, principalmente em áreas de pesquisa e tecnologia.

Litton (1974, p. 18) afirma: “As metas de outras bibliotecas são a educação das massas, a recreação, a apreciação estética ou a investigação científica; o objetivo que persegue todas as bibliotecas especializadas é ministrar informação para fins imediatos e utilitários”. As bibliotecas especializadas são coleções formadas para disponibilizar informações detalhadas sobre determinado assunto, científico ou relacionado com qualquer outra atividade. Como servem a fins imediatos, elas devem dispor de um acervo mais seletivo.

Já Atienza (1979) cita quatro elementos que devem fazer parte de uma coleção especializada: serviços especiais e personalizados; coleção atualizada; coleções e serviços não abertos ao público em geral; dependência de outras bibliotecas para compensar necessidades de seus usuários.

Figueiredo (1996, p. 74) comenta sobre as diferenças existentes entre as bibliotecas especializadas e as demais:

As bibliotecas especializadas diferenciam-se por sua estrutura orientada ao assunto, uma vez que as organizações maiores nas quais se inserem, têm normalmente objetivos mais específicos que gerais. Muito naturalmente se conclui que elas se distinguem também pelo tipo de pessoas de que são servidas: pessoas associadas às organizações mantenedoras e que têm interesses e habilidades especiais.

Disso se depreende que a atualização do acervo da biblioteca especializada é de suma importância, com a disponibilização de materiais diversificados, como periódicos, folhetos, relatórios de empresas, além de livros técnicos. Enfim, tudo o que possa trazer novas idéias ao profissional ou estudante, proporcionando-lhe meios de, a partir da pesquisa, poder aplicar os conhecimentos adquiridos.

3.2 BIBLIOTECA ESPECIAL

De maneira geral, consideraremos como diferença básica entre as bibliotecas especializadas e as especiais, que as especializadas são mais voltadas para a especialização do acervo, direcionando seu foco para determinada área do conhecimento; as especiais, por outro lado, são normalmente assim consideradas por estarem voltadas a um público com características especiais ao qual atendem.

As bibliotecas especiais podem ter um tipo de acervo diferenciado em função do público que atendem e se dirigem a um tipo especial de usuários. Elas têm características particulares que as distinguem das bibliotecas especializadas, conforme os autores pesquisados, algumas dessas características podem se referir:

ao local em que estão situadas – hospitais, asilos, presídios; as limitações do campo a que se dedicam – voltadas aos pacientes, aos idosos, aos presos; ao tamanho – geralmente pequenas em relação ao espaço que ocupam, ao número de bibliotecários e à coleção reduzida; ao tipo de acervo – como em Braille para atender os portadores de deficiência visual; e as que dão ênfase à função lúdico-educativa - o ludismo e a educação são tradicionalmente os objetos mais importantes da biblioteca especial.

Conforme Arteaga-Fernández (2001, *on-line*), podemos definir e caracterizar uma biblioteca especial, como as que:

[. . .] se encontram em uma área geográfica especial, os usuários têm características especiais e o material bibliográfico também tem características sumamente especiais tanto na forma física de apresentação como em seu conteúdo, se complementa com outras de condições muito especiais segundo o usuário, por exemplo, bibliotecas para cegos, para presos, retardados mentais, talentosos e outros com característica especiais que não são normais.

Portanto, independentemente de onde se localizem, as bibliotecas especiais têm a obrigação de compreender seu público e atender as suas necessidades, que geralmente são necessidades com características bem especiais. Inserido nesse contexto, temos também as bibliotecas prisionais, objeto deste trabalho, que atendem os detentos.

Thiesen (2002, p.12), define as bibliotecas prisionais como:

[. . .] instituição de serviço biblioteconômico dentro do espaço da prisão, cujo valor ressocializatório é reconhecido por todos quantos a instalaram de fato em suas instituições. Tanto pelo seu papel disseminatório de conhecimento e informação quanto pela prática da Biblioterapia.

Essas bibliotecas oferecem diferentes produtos e serviços de acordo com o perfil e as necessidades de seus usuários, que devem ser bem analisados, de modo a assegurar-lhes o acesso irrestrito. Sua contribuição é de vital importância para a cultura e educação deste público que vive no ambiente prisional, servindo de estímulo para a busca da informação, do conhecimento, do acesso à aprendizagem, do desenvolvimento de aptidões e oferecendo-lhe oportunidade de uso construtivo do tempo.

Em relação às bibliotecas especializadas, há também algumas semelhanças, e conforme Allen³ (1977 *apud* TARGINO, 1984, p. 44-45), as bibliotecas especiais têm pontos em comum com as bibliotecas especializadas:

As bibliotecas especializadas podem incluir materiais inéditos de alto valor para um público consideravelmente especializado. Desta maneira, estas pessoas poderão aprimorar sua concepção de biblioteca tomando conhecimento de dimensões não acessíveis a outros indivíduos. Neste sentido, guardam muito em comum com as bibliotecas especiais.

Podemos então inferir que uma das semelhanças entre essas bibliotecas está no fato de elas serem direcionadas a atender um público mais específico ou com peculiaridades específicas, seja pela atividade que esse público desempenha, como pesquisadores de uma determinada área, ou por uma necessidade especial, como os deficientes visuais, que necessitam de um acervo diferenciado.

Concluindo, pode-se perceber que as bibliotecas especiais têm pontos comuns e também divergentes com as especializadas. Entretanto, independente do contexto em que as bibliotecas estejam inseridas, têm como tarefa promover à educação e o acesso a informação, agindo como um mecanismo de combate a indiferença, a ignorância e a alienação.

³ ALLEN, T. J. *Managing the flow of Technology*. Cambridge: The MIT Press, 1977.

3.3 ESTUDOS DE COMUNIDADE

Para falarmos em estudo de comunidade temos primeiro que definir o que é comunidade. A literatura apresenta diversas definições para comunidade, sendo as mais comuns provenientes da Sociologia. Para Galliano (1981, p. 121):

[. . .] na comunidade, as pessoas se encontram unidas por laços naturais e espontâneos, bem como por objetivos comuns que transcenderiam os interesses particulares de cada um. Em outras palavras, na comunidade não haveria oposição, mas identidade natural e espontânea entre os interesses de cada membro e o interesse geral.

Numa comunidade geralmente as pessoas estão ligadas de alguma forma; podem estar ligadas por afinidade, como, por exemplo, pessoas com os mesmos ideais políticos; por laços sanguíneos, pessoas de uma mesma família; ou pelo lugar em que vivem, podendo ser a cidade, o bairro ou a vizinhança, onde todos se identificam de uma maneira ou de outra.

Também, conforme Reis (1966 apud STUMPF, 1988, p.18) ⁴: “Comunidades são agrupamentos de pessoas que vivem numa área delimitada, tendo em comum aspectos geográficos, econômicos e/ou culturais que lhes conferem certa uniformidade no estilo de vida.”

Para podermos conhecer melhor esses grupamentos e desvendarmos as suas características e necessidades no contexto de uma biblioteca, há a necessidade de ser realizado um estudo de comunidade.

Os estudos de comunidade são investigações que se fazem para conhecer aspectos de uma população, seus hábitos e interesses, com uma ou mais características em comum.

Segundo Wadsworth (1997 p.6)

⁴ REIS, Ayeda Pereira. **Você e Sua Comunidade**. Porto Alegre, Secretaria do Trabalho e Habitação, 1966. 93p.

[. . .] um estudo de comunidade é geralmente um tipo de pesquisa preliminar que procura 'descobrir' a natureza de uma determinada rede social a fim de resolver um 'problema' (no sentido de responder uma pergunta formulada). É comumente tido como um estudo de uma rede geograficamente estabelecida, mas pode também se referir a uma 'comunidade de interesse', tal como um agrupamento ocupacional, étnico, etário ou religioso.

Dentre essas comunidades destacamos as comunidades especiais, que são agrupamentos de indivíduos que, em razão de fatores de natureza social (geográficos, históricos, culturais, raciais etc.), vivem geralmente num espaço físico delimitado, têm em comum certas características que os distinguem de outros grupos no mesmo meio e na mesma ocasião. No entanto, nenhum deles deixa de pertencer à unidade maior que os une por uma afinidade mais geral e mais forte que as demais.

Inseridos neste contexto, temos as comunidades prisionais que são o foco de estudo desse trabalho. As prisões são consideradas comunidades porque seus habitantes formam uma unidade social de elementos que estão excluídos ou temporariamente afastados do convívio em sociedade. Podem também ser consideradas comunidades locais, pois, segundo Siches (1970, p.571), “ Existe uma comunidade local, quando, além das interações que se dão entre essas pessoas, há uma coordenação entre as suas condutas sociais de modo que se possa falar de uma ação coletiva própria desse grupo.”

Na verdade, hoje temos um conceito mais amplo de comunidade, pois com o advento da internet, já há inclusive as comunidades virtuais. Cada uma tem as suas peculiaridades e todos nós estamos inseridos em uma ou mais comunidades, às vezes por vontade própria e em outras pela situação em que vivemos, que pode ser passageira ou não. Entretanto, os estudos de comunidade continuam necessários em contextos de bibliotecas, onde podem validar ou não os serviços por ela oferecidos a uma determinada comunidade.

3.4 O DETENTO E O DIREITO À EDUCAÇÃO

A educação é um direito previsto em lei e garantido pela nossa Constituição. Conforme o art. 205 da Constituição Federal (CF) de 1988 há a garantia de que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1988)

Esse direito aplica-se a todos os cidadãos, portanto não é restrito aos cidadãos livres, mas aplica-se igualmente aos detentos. Entretanto, para a categoria dos presos ficaria bem mais difícil o acesso à educação nos presídios se ela não estivesse prevista em lei. Isso obriga o Governo a tomar atitudes quanto à sua aplicação e assim garantir o retorno do detento à sociedade em melhores condições educacionais do que quando ingressou.

Porém de acordo com os dados de 2006 do Departamento Penitenciário Nacional – (DEPEN), somente 17% dos mais de 360 mil presos no Brasil freqüentam a sala de aula e, para piorar mais ainda, 70% dessa população não possui o ensino fundamental completo. Não há no Brasil uma preocupação efetiva com o tema Educação nas prisões, agravado pela já conhecida degradação destas, a falta de infra-estrutura, as leis arcaicas com um Código Penal de 1940, no qual a maior preocupação é a construção de presídios para esconder os presos da sociedade e da mídia.

Os dados mostram também um dado alarmante, que é o retorno do preso à prisão, quando posto em liberdade, com um índice de reincidência nacional em torno de 80%. Presume-se que isso se deva, em grande parte, a falta de preparo para o retorno à sociedade. Por esse motivo, ressalta-se a importância da educação e do trabalho para os detentos, preparando-os profissional e culturalmente para o retorno ao convívio com o mundo lá fora.

No art. 208 da CF de 1988 está previsto e garantido o direito à educação, em qualquer que seja a idade ou condição jurídica, conceituando-a como um direito público subjetivo, que segundo Mirabete (2002, p.73):

[. . .] Isto quer dizer que não só a instrução, que é um dos elementos da educação, mas também está é um direito de todos, sem qualquer limitação de idade. Assim, pois, qualquer pessoa, não importa a idade e tampouco sua condição ou *status* jurídico, tem o direito de receber educação de que, evidentemente, seja dela carente qualitativa ou quantitativamente. Uma vez que a cada direito corresponde um dever, é a própria Constituição que esclarece ser este do Estado, que deverá prover a educação aos presos e internados se não o tiver feito convenientemente no lar e na escola.

O direito à educação, contemplado em vários artigos da Constituição de 1988 é o fundamento do exercício da cidadania, e a falta de acesso a ela contribui para agravar mais a exclusão social, um problema já grave no país. Não adianta apenas as pessoas se conscientizarem disso; tem de haver vontade política para que o expresso em lei seja planejado e executado de forma sistemática e obrigatória. E não podem ser esquecidos os direitos das pessoas que são excluídas de alguma maneira, como os encarcerados, normalmente segregados num sistema educacional excludente e injusto para com esses cidadãos.

O art. 41, inciso VII da Lei de Execução Penal (LEP) dá a garantia ao preso do direito à assistência educacional. O art. 83 do mesmo diploma preceitua que: “ O estabelecimento penal, conforme a sua natureza, deverá contar em suas dependências com áreas e serviços destinados a dar assistência, **educação**, trabalho, recreação e prática esportiva.” (BRASIL, 1984) (grifo nosso).

A realidade brasileira nos mostra que o estado atual dos presídios em todo o país não oferece as menores condições da realização desse preceito legal. Ao contrário, o que vemos através da mídia é que a educação passa longe das prisões e que os detentos vivem num submundo, onde a maior aprendizagem é feita na própria “escola do crime”.

3.4.1 Ressocialização Através da Educação

Com o avanço dos Direitos Humanos nos presídios brasileiros e das Ciências Sociais, desenvolveu-se o conceito de ressocialização para caracterizar o processo de reeducação dos apenados, que são indivíduos que foram condenados e encontram-se presos em Penitenciárias, afastados temporariamente da sociedade.

No caso brasileiro, apesar de o Código Penal de 1940 não indicar que a prisão serviria para recuperar o preso, esta idéia estava já há algum tempo estabelecida entre aqueles que integravam o sistema de justiça criminal.

Somente na década de 1970, no Governo do então Presidente Ernesto Geisel, é que foi editada a Lei Federal nº.6416/77 (BRASIL, 1977), que tratava da Reforma do Código Penal, e objetivava a recuperação do apenado, ofertando-lhe condições para seu retorno ao convívio em sociedade.

Foucault (2006), já havia chamado atenção para o fato de que as prisões não diminuem a taxa de criminalidade, provocam reincidência, fabricam delinqüentes e favorecem a sua organização sendo solidários e hierarquizados entre si.

Freire (1983, p.81), educador por excelência, nos diz que: “A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é a prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens.”

A liberdade está na educação e não na dominação e independe da situação de cada indivíduo, preso ou não; só ela liberta, pois, através dela vem o conhecimento e a capacidade de inserção na sociedade, com poderes para, inclusive, modificá-la.

Há que se pensar em educação em seu sentido mais amplo, não apenas como instrução, mas como formação de valores como o caráter, a fé, o cuidado com a saúde, o respeito aos indivíduos, às leis, à propriedade. É preciso proporcionar condições para que os detentos, depois de cumprirem suas penas, sintam-se como novos indivíduos, com capacidade de convívio social renovada, não um perpétuo condenado a uma vida menos digna, de submundo, onde não se sentirá excluído por seus iguais.

Até hoje, não havia entre os presos o interesse pelos estudos, apesar de ser um direito garantido por lei, o trabalho era mais atraente em virtude da remuneração e da remissão da pena. Isso já está começando a mudar, com a aprovação do Projeto de Lei do Senado de nº 164/2007 (ANEXO A), que prevê a redução da pena dos detentos de todo o país em troca da continuidade dos estudos dentro dos presídios. A idéia desse projeto é mudar o cenário carcerário nacional, promovendo o incentivo à educação e conseqüentemente o resgate da cidadania.

3.4.2 A Biblioteca Prisional na Legislação

Considerando a necessidade de informação natural para todo ser humano, cabe ressaltar a importância de uma biblioteca, principalmente no sistema prisional, dadas as condições de segregação e isolamento dessa comunidade.

Na Seção V - Da Assistência Educacional, em seu Art. 21, a LEP nº. 7.210/84, diz: “Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.” (BRASIL, 1984).

Isso mostra haver a preocupação do Governo, pelo menos expressa na lei, em trabalhar com a educação dos presos. Porém ainda não há uma aplicação efetiva dessa lei, em função de muitos estabelecimentos não conseguirem atender as condições mínimas necessárias para a sua manutenção.

Corroborando com o estabelecido em lei no Brasil, em agosto de 1995, no Primeiro Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e Tratamento do Delinqüente, foram aprovadas regras mínimas para o tratamento dos detentos. Dentre as resoluções adotadas podemos destacar o artigo 40, referente à Biblioteca, citado por Paiva (2008, *on-line*) que diz que: “Cada estabelecimento penitenciário deve ter uma biblioteca para o uso de todas as categorias de reclusos, devidamente provida com livros de recreio e de instrução e os reclusos devem ser incentivados a utilizá-la plenamente”.

Dentro dessas leis, regras e resoluções fica evidente a preocupação com a comunidade prisional e a sua inserção à sociedade.

A biblioteca inserida dentro desse contexto tem um papel fundamental com essa categoria de usuários, operando como um instrumento de libertação e desalienação através da disponibilização e divulgação da informação e do conhecimento.

3.5 O BIBLIOTECÁRIO COMO EDUCADOR

As bibliotecas hoje não podem mais ser vistas apenas como depósitos de livros e guardiãs da informação. Muito menos o bibliotecário, que é um profissional da informação, mas que ainda é visto por muitos como um técnico escondido atrás de um balcão ou fechado em uma sala apenas catalogando e classificando livros.

Hoje os tempos são outros, a informação circula em tempo real, cabe ao bibliotecário conhecer seus usuários e suas necessidades informacionais, para que possa atendê-las e assim estimulá-los ao uso da biblioteca e de seus recursos.

Campello (2003, p.8) nos diz que: “Os bibliotecários são incitados a tomar atitude proativa, a fim de participar do esforço educativo que requer mais do que a visão ingênua e simplista do processo de busca e uso da informação”.

O bibliotecário hoje atua nas mais diversas áreas e com os mais variados tipos de usuários e, além da parte técnica, tem de desenvolver as mais diversas habilidades, como: psicólogo, educador, confidente e tantas outras, além daquelas inerentes à sua função e que se fazem mais ou menos presentes conforme o local de atuação. Entretanto, seu papel de educador precisa ser enfatizado.

Cabe ao bibliotecário dar uma contribuição significativa na educação dos seus usuários. Talvez essa faceta se torne particularmente importante quando a biblioteca estiver inserida em comunidades que merecem uma atenção diferenciada, devido à situação em que se encontram como: as hospitalares, as prisionais e outras. Como disseminador da informação, o bibliotecário deve estar atento às necessidades de seus usuários; como educador, deve estar atento à necessidade de ensiná-los a lidar com a informação, para que esta possa se tornar significativa em suas vidas e ajudá-los a exercerem plenamente sua cidadania.

Conforme Campello (2003, p.15): “No Brasil, já se percebem claramente manifestações dos bibliotecários sobre a necessidade de ampliar a ação pedagógica da biblioteca.” A necessidade de atuação do bibliotecário como um educador é um fato. Espera-se que ele seja capaz de influenciar na formação e transformação do indivíduo como cidadão, auxiliando-o na sua tarefa de construção de seu conhecimento e capacitando-o para a interpretação e transformação do mundo onde vive.

Trabalhando dentro do sistema penal, há para o bibliotecário a necessidade de auxiliar o detento a desenvolver um olhar crítico sobre sua história e realidade, tanto presente como passada, e a sua projeção para o futuro. Também cabe a ele assegurar o desenvolvimento informacional da população prisional ao proporcionar-lhe contextos de descoberta das suas potencialidades.

4 METODOLOGIA

4.1 TIPO DE ESTUDO

A presente pesquisa apresenta características de um estudo de caso, pois seu objetivo é estudar detalhadamente uma situação em particular, restrita a uma única unidade. Para Calazans (2007, p.39) “O estudo de caso é uma estratégia de pesquisa utilizada para investigar um fenômeno social complexo. [. . .] é uma forma de investigação empírica, pois analisa um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real.”

É uma pesquisa exploratória com caráter qualitativo que, segundo Godoy (1995), visa à análise em certa profundidade da natureza do tema proposto. Através dela pode-se estudar e analisar os valores, crenças, hábitos, representações, motivos, opiniões e atitudes de uma organização, indivíduo ou comunidade.

4.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Neste estudo foram utilizados como instrumentos de coleta de dados o questionário e a entrevista. Ao fazer o levantamento de dados para uma pesquisa pode-se recorrer a diversos instrumentos, que apresentam vantagens e desvantagens a serem consideradas. Segundo Medeiros (2005, p. 7):

Os questionários são muito usados, por exemplo, quando se precisa levantar dados em uma população [. . .]. Também é comum usá-los nos levantamentos em que se tem noção razoavelmente clara de que informação é buscada e se supõe que a resposta ao questionário realmente permite a obtenção dessa informação.

O questionário foi escolhido porque dispensa a presença do pesquisador, tal fato se deve à dificuldade de acesso às presas para aplicação de uma entrevista.

O que pode ser considerado como desvantagem na aplicação de um questionário, no nosso caso, seria a má interpretação de uma pergunta, atraso na devolução e pequeno retorno dos mesmos. Mas como se trata de uma comunidade pequena e homogênea, tivemos uma noção clara da informação a ser buscada, o que se depreende não prejudicar a pesquisa.

Antes da aplicação do questionário, foi realizado um pré-teste com o objetivo detectar e sanar possíveis falhas no instrumento de pesquisa, inconsistências e complexidades das questões, garantindo assim a sua fidedignidade. Este estudo piloto foi feito com a professora orientadora, a bibliotecária do IPA e a coordenadora do Curso de Serviço Social também do IPA.

O questionário (Apêndice A) foi aplicado às detentas, tendo com foco a Biblioteca Madre Pelletier. O questionário contém um total de catorze questões, sendo três abertas, oito fechadas e três mistas. De acordo com Lakatos e Marconi (1999 p.103-105):

As questões quanto à forma se classificam em: abertas (livres ou não limitadas, permitem ao informante responder livremente, uso de linguagem própria, emissão de opinião); fechadas (limitadas ou de alternativas fixas, escolha da resposta entre duas opções, geralmente sim ou não); mistas (englobando perguntas abertas e fechadas na mesma questão) e de múltipla escolha (também classificadas como fechadas, mas se diferenciam por ter várias respostas possíveis dentro de um mesmo assunto).

Quanto à entrevista, podemos destacar que, segundo Gil (1999, p. 117):

A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizada no âmbito das ciências sociais. Psicólogos, sociólogos, pedagogos, assistentes sociais e praticamente todos os outros profissionais que tratam de problemas humanos valem-se dessa técnica, não apenas para coleta de dados, mas também com objetivos voltados para diagnóstico e orientação.

Neste caso optou-se por uma entrevista semi-estruturada com um roteiro pré-estabelecido, tendo como vantagem a obtenção de respostas mais precisas e dados relevantes. O que podemos citar como desvantagem ou dificuldade, se refere ao agendamento e à disposição das entrevistadas, tanto ante o fator tempo, quanto ao receio de como seriam interpretadas as suas respostas.

4.3 SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos envolvidos no estudo são as detentas da Penitenciária Feminina Madre Pelletier, alunas do curso de graduação de Serviço Social, portanto, público alvo da biblioteca em questão; perfazem um total de treze detentas, sendo três em regime fechado, freqüentando as aulas no próprio presídio e dez em regime semi-aberto, freqüentando aulas no Campus do IPA.

A pesquisa tinha como objetivo atingir 100% da população, mas com o decorrer da pesquisa, três alunas não foram localizadas e duas se negaram a responder. Os resultados obtidos referem-se, então, a sete alunas respondentes, de um total de treze, atingindo 54% da população. Cabe ressaltar que isso não prejudicou a pesquisa, pelo simples fato de as respostas serem quase unânimes.

4.4 CONTEXTO DA PESQUISA

A pesquisa teve como contexto a Biblioteca Madre Pelletier do IPA, localizada dentro da Penitenciária Feminina Madre Pelletier, que atende as alunas-detentas, do curso de Serviço Social oferecido dentro da Penitenciária.

4.4.1 O Sistema Prisional

As penitenciárias no Brasil estão subordinadas ao Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), o qual está vinculado à Secretaria Nacional da Justiça/Ministério da Justiça. É o órgão responsável pela implementação do programa de reestruturação do sistema penitenciário. Entre as suas principais atribuições está a de colaborar com as unidades federativas.

No Brasil, a lei que regulamenta o sistema prisional é a Lei de Execução Penal nº. 7.210 de 11/07/1984. No Estado do Rio Grande do Sul, as penitenciárias são geridas pela Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE). Mirabete (2002) define a penitenciária como o lugar onde o apenado cumpre a sua “penitência”, a sua pena imposta, sempre – ou deveria ser assim – em regime fechado, em total reclusão.

A SUSEPE é subordinada à Secretaria da Justiça e da Segurança (SJS), que é o órgão estadual responsável pela execução administrativa das penas privativas de liberdade e das medidas de segurança.

De acordo com a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 1989, a política penitenciária do Estado deve ter como objetivo a reeducação, a reintegração social e a ressocialização do preso, definindo como prioridades a regionalização e a municipalização dos estabelecimentos penitenciários, a manutenção de colônias penais agrícolas e industriais, a escolarização e a profissionalização dos presos.

O Estado possui 92 casas prisionais, e, destas, 60 oferecem ensino aos apenados. Atualmente, há 2.398 detentos cursando o nível fundamental e 212 no nível médio, divididos em 11 núcleos do programa para a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Dentre as casas prisionais, a Penitenciária Feminina Madre Pelletier, é o único presídio exclusivamente feminino em todo o Estado do Rio Grande do Sul e também o único que oferece curso superior no Brasil até o momento.

Nos últimos 10 anos, a população carcerária do Estado do Rio Grande do Sul aumentou em mais de 100%, passando de 10.310 para 25.898 presos, agravando o problema da superlotação nos grandes e médios estabelecimentos penitenciários.

Dessa população, as mulheres, perfazem um percentual de 20,72 % da massa carcerária no Rio Grande do Sul (2008, *on-line*), como se pode verificar no quadro abaixo:

Mapa Carcerário	
Homens:	24.706
Mulheres:	1.192
Total:	25.898
Fonte: Dpto. Segurança e Execução Penal	
02/04/2008	

Ilustração 1- Mapa Carcerário
 Fonte: SUSEPE(2008, *on -line*)

A promoção da educação nos presídios é um caminho para resgatar a cidadania, a auto-estima e a dignidade do preso, evitando assim, a sua reincidência no crime e sua volta à prisão. Por outro lado, a educação possibilita prepará-lo para a reinserção na vida em sociedade, o que possivelmente diminuiria em muito os números dessa estatística.

4.4.2 A Penitenciária Feminina Madre Pelletier

Localizada na Avenida Teresópolis, nº 2727, bairro Teresópolis, Zona Sul de Porto Alegre, é o único presídio exclusivamente feminino em todo o Estado do Rio Grande do Sul. Um prédio naturalmente sólido, em tom levemente rosado, construído em 1947 e que até então se chamava Instituto Feminino de Reabilitação Social Bom Pastor e era administrado pelas irmãs da Congregação Nossa Senhora da Caridade Bom Pastor. Encampado pelo Estado em 1971, já com a denominação

atual, foi dirigido até 1980 por essas religiosas da Igreja Católica. Atualmente faz parte do sistema prisional da SUSEPE e conta com sete galerias.



Ilustração 2: Penitenciária Feminina Madre Pelletier
Fonte: Vitor (2006, *on-line*)

4.4.3 O Projeto do Centro Universitário IPA Metodista / 2006

Na gestão do ex-reitor do IPA, o professor e jornalista, Dr. Jaider Batista da Silva, foi desenvolvido e implantado pelo Centro Universitário IPA Metodista o primeiro curso de graduação dentro de uma penitenciária no país, que funciona no Presídio Feminino Madre Pelletier e atende detentas e funcionários da SUSEPE.

O projeto foi criado em 2006, pela Cátedra de Direitos Humanos da instituição metodista, e se chama “Educando para a Liberdade”. Sua implantação faz parte da cota de filantropia dessa Instituição de ensino superior e foi desenvolvido com o objetivo de reintegrar as mulheres apenas à sociedade. A ação consiste na realização do curso de Serviço Social na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, e faz parte das ações para inclusão social e promoção humana do IPA. Foi um dos

três indicados para Prêmio de Direitos Humanos no RS 2007 ⁵. Também foi um dos vencedores Prêmio Educação 2006 ⁶, recebendo o troféu Pena Libertária, promovido pelo SINPRO/RS – Sindicato dos Professores.

Como já foi mencionado anteriormente, a LEP. nº. 7.210/84 em sua SEÇÃO V - Da Assistência Educacional estabelece em seu Art. 20, que: “As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.” (BRASIL, 1984).

A iniciativa foi uma ação conjunta do Governo do Estado do RS com o Centro Universitário Metodista IPA, que montou uma estrutura educacional dentro da casa prisional. Eram 60 vagas, sendo que 20 destinaram-se às presas e as restantes a funcionários daquele estabelecimento penal.

As detentas tiveram acesso a um curso pré-vestibular para ficarem aptas a prestar o exame, que ocorreu no dia 4 de dezembro de 2005. O vestibular foi prestado dentro do próprio presídio por 22 detentas, sendo aprovadas, nesse primeiro vestibular, 16 delas. Todas receberam uma bolsa integral para custear seus estudos.

As aulas iniciaram no mês de março de 2006, e são ministradas sempre à noite, dentro da própria penitenciária, para não causar conflitos com as atividades já desenvolvidas pela casa penal.

Inicialmente foram ministradas por uma equipe de quatro professores do IPA, em uma sala de aula especialmente preparada para tanto. A estrutura contou com a reforma do que era antes uma espécie de auditório no presídio. Nesse espaço foram criadas duas salas de aula, uma biblioteca e uma sala com computadores, que foi denominada laboratório de informática.

O curso de Serviço Social foi escolhido por consenso pelas próprias detentas entre aqueles que poderiam ser ministrados dentro da Penitenciária, em função da situação de não poderem sair.

⁵ O Prêmio Direitos Humanos no Rio Grande do Sul em sua 10ª edição, valoriza pessoas físicas, organizações governamentais e não governamentais que se destacam na promoção, defesa e divulgação dos direitos humanos e é promovido pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Disponível em: terceirosetorpoa.blogspot.com/2007_10_01_archive.html - 98k - . Acesso em: 12 de mar. de 2008.

⁶ O Prêmio Educação RS, instituído pelo Sindicato dos Professores em 1998, destaca profissionais, projetos e instituições comprometidas com uma educação de qualidade e com a construção da cidadania. Disponível em: <http://www.sinpro-rs.org.br/release.asp?cod=986>. Acesso em: 12 de mar. de 2008.

O curso está previsto para ter a duração de quatro anos, estando atualmente no seu 5º semestre letivo. Atende a uma turma mista de 39 alunos – apenadas e funcionários e considera-se que seja de grande importância para a ressocialização das presas. Os resultados esperados incluem a expectativa de melhoria no cenário educacional dos presídios.

As alunas apenadas que, no decorrer do Curso, alcançarem o regime semi-aberto ou receberem o benefício da liberdade condicional, poderão optar por assistir as aulas no Presídio ou nas unidades do Campus Central (Unidades Americano, Dona Leonor e IPA), e terão a bolsa integral mantida. Várias alunas já estudam nesse sistema e está previsto que, ao término do Curso, a maioria já esteja em liberdade.

4.4.4 A Biblioteca Madre Pelletier do IPA

A Biblioteca Madre Pelletier pode ser definida como uma biblioteca especial e especializada. Especial pelo público que atende que são as detentas, e especializada, devido a ser específica em uma área do conhecimento, que é a área de Serviço Social.

A Biblioteca ocupa um pequeno espaço dentro de uma área física de 69m² e está ligada ao laboratório de informática, que conta com cinco computadores, duas mesas, e oito cadeiras.

A biblioteca foi organizada com um acervo específico na área de Serviço Social e visa contemplar a bibliografia básica e complementar do Curso de Serviço Social. O processamento técnico desta Biblioteca, como em todas as bibliotecas do IPA, está centralizado na Biblioteca Central de onde as obras são encaminhadas para as outras unidades da Universidade. É adotado o Código de Catalogação Anglo Americano (CCAA²), a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e a Tabela de autoria da bibliotecária Heloísa de Almeida Prado (PHA) para notação de autores. O sistema de informatização é o Sophia Biblioteca, agora na versão ELO.

O acervo é de livre acesso e é distribuído em quatro estantes em um único pavimento no próprio espaço da biblioteca, sendo que atualmente conta com 146 títulos em 351 volumes, sendo três exemplares de cada obra, uma Enciclopédia e um Dicionário. Conta também com periódicos de interesse do Curso.

Cabe ressaltar para fins de informação que existe também na Penitenciária a Biblioteca Lya Luft, uma biblioteca de acervo geral, destinada ao uso de todas as detentas, que não foi objeto de estudo deste trabalho.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados obtidos através das respostas dos questionários foram analisados e interpretados quanti-qualitativamente, independente das questões serem fechadas, abertas ou mistas. Quanto às entrevistas, foi feita também a análise quanti-qualitativa e foram selecionadas as respostas mais significativas com a devida descrição.

5.1 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

O questionário destinava-se às alunas-detentas, das quais três estão em regime fechado e dez em regime aberto ou semi-aberto.

Foi aplicado diretamente na Penitenciária, pelo pesquisador, às três presas em regime fechado. Para ter acesso à sala de aula na Penitenciária, foi necessário enviar os dados documentais do pesquisador à coordenação do Curso, tendo-os esta reenviado à administração da Penitenciária para a liberação de acesso. No dia agendado, o pesquisador estava acompanhado da coordenadora do Curso de Serviço Social, Prof^ª. Maria Lúcia Pereira Amaral, que também ministra aulas para as detentas, e da bibliotecária Marialva dos Santos, responsável pela Biblioteca em questão.

Os outros dez questionários foram entregues à bibliotecária para serem repassados às alunas-detentas, em regime aberto ou semi-aberto, estudando atualmente no Campus da Universidade. Desses dez questionários, somente quatro foram respondidos, sendo que duas alunas-detentas se negaram a responder e as quatro restantes não foram localizadas ou não entregaram os questionários. Cabe ressaltar que foi garantido o sigilo absoluto da identidade das mesmas.

Para dar início ao processo de pesquisa, foi feito contato, no segundo semestre de 2007, com a então coordenadora do Curso, Prof^ª. Mônica Bragaglia, solicitando a autorização para o desenvolvimento da pesquisa proposta no projeto

de TCC. Foi entregue uma carta de Apresentação da UFRGS com os dados do aluno e o tema do seu projeto de TCC, obtendo assim a aprovação da Coordenação do Curso de Serviço Social. Foi agendada também uma entrevista com a referida docente para obter informações sobre o projeto de implantação do Curso na Penitenciária. Como se constatou posteriormente, durante essa entrevista, a professora não tinha muitas informações a dar, especialmente em relação à participação da Biblioteca (na figura de sua bibliotecária) nesse processo de criação do Curso, apenas informando que o projeto foi desenvolvido pela Cátedra de Direitos Humanos do IPA. O pesquisador foi, então, orientado a fazer contato com o Prof. Marcos Rolim, que é um dos integrantes dessa Cátedra. Em virtude desses fatos, não houve relevância em registrar a entrevista com a professora.

Quanto às outras entrevistas, num total de três, foram feitas conforme se descreve a seguir.

Com a bibliotecária responsável, Marialva Machado Weber (Apêndice B), na Biblioteca Central do IPA, tendo como foco o planejamento e a ação da Biblioteca Madre Pelletier em relação às detentas, alunas do Curso em questão, bem como a sua participação (da bibliotecária) no processo de criação do Curso. A outra entrevista foi feita com o Prof. Marcos Rolim (Apêndice C), no Tribunal de Justiça do RS, para auferir as informações que não puderam ser obtidas com a Prof^a. Mônica Bragaglia. O referido professor foi um dos participantes na elaboração do projeto do Curso. O mesmo professor sugeriu entrevistar também a coordenadora da Cátedra de Direitos Humanos, Prof^a. Virgínia Feix, para complementar as informações.

Então, a terceira e última entrevista foi feita com a professora Virgínia Feix, (Apêndice D), tendo como foco o projeto de implantação do Curso na Penitenciária. Esta entrevista foi feita no local de trabalho da professora, a Cátedra de Direitos Humanos, localizada no Campus do IPA.

5.2 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Uma das limitações encontradas foi a falta de literatura, na área de Biblioteconomia, de estudos aplicados especificamente a este tipo de biblioteca e a este tipo de população em nosso país. A outra limitação diz respeito à demora da coordenação do Curso de Serviço Social do IPA em retornar *e-mails* e telefonemas, que se referiam ao agendamento de entrevista e também da própria visitação à Penitenciária. Houve também dificuldade de acesso para a aplicação dos questionários às presas que estavam estudando no próprio IPA, fora da Penitenciária. Algumas delas tiveram receio e se negaram a responder e outras não foram encontradas.

Também, por alegado motivo de segurança, não foi autorizada a publicação de fotos tiradas na Biblioteca, a cópia do projeto de implantação do Curso, nem o *layout* da reforma da sala de aula, anexa à Biblioteca.

No entanto, mesmo trabalhando com pequeno público e algumas limitações, consideramos que os resultados obtidos com a pesquisa tenham sido satisfatórios e compensadores.

5.3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Neste capítulo serão analisados e interpretados os dados provenientes das respostas das entrevistas (Apêndice B, C e D). Esta análise tem como objetivo organizá-los de forma que possibilitem fornecer resposta aos questionamentos propostos, referentes à Biblioteca Madre Pelletier, e ao atendimento a seu público.

As entrevistas foram realizadas pessoalmente com os seguintes profissionais: a bibliotecária do IPA, Marialva Machado Weber, na data de 1º de abril de 2008; o professor e membro da Cátedra de Direitos Humanos, Marcos Rolim, em 2 de maio de 2008; e a professora e coordenadora da Cátedra de Direitos Humanos do IPA, Virgínia Feix, em 14 de maio de 2008.

As questões foram elaboradas no sentido de verificar como se dá o acesso dos usuários à informação.

As análises das entrevistas foram divididas em dois momentos. O primeiro, no qual foram reunidos os dados obtidos nas entrevistas com a da bibliotecária e com um dos professores. Este procedimento foi adotado devido ao fato de que as informações prestadas por esses entrevistados eram convergentes. O segundo, apresentando a análise, em separado, dos dados colhidos na entrevista feita com a professora e coordenadora da Cátedra de Direitos Humanos do IPA pelo motivo das respostas da professora estarem mais voltadas ao projeto de implantação do curso e seus objetivos, pois não tinha informações referentes a biblioteca e seu uso.

5.3.1 Análise da Entrevista com a Bibliotecária e o Professor

O que se pôde constatar através da entrevista com a bibliotecária responsável é que não havia um plano de ação para a Biblioteca Madre Pelletier e que a implantação do curso de Serviço Social ocorreu simultaneamente na Universidade e na Penitenciária.

O espaço destinado à Biblioteca foi considerado pelos entrevistados como bem pequeno, mas acomoda bem os livros, que também são em pequeno número. Também foi mencionado que as alunas têm a possibilidade de usarem as mesas do laboratório de informática para estudar, já que este e a biblioteca ocupam praticamente a mesma sala.

A Biblioteca foi organizada com um acervo específico de Serviço Social, de acordo com o projeto do Curso, ou seja, atendendo à bibliografia básica e complementar. Não houve nenhuma consulta à bibliotecária ou indicação da mesma sobre as obras que iriam compor o acervo da Biblioteca, todas foram indicadas pelos professores do Curso.

Quanto à participação da bibliotecária, no processo de implantação do Curso, esta se deu exclusivamente em relação ao mobiliário da biblioteca e ao processamento técnico dos livros. Os professores entrevistados nem mesmo tinham

conhecimento se tinha havido ou não a participação do bibliotecário no projeto. Isso pode indicar que está faltando a divulgação do trabalho que é desenvolvido e que pode ser realizado pelo profissional bibliotecário e que, obviamente, não se restringe somente ao processamento técnico de livros.

Com relação ao acompanhamento permanente dos serviços e atividades desenvolvidos na biblioteca Madre Pelletier por parte de um bibliotecário, o mesmo praticamente não existe, em virtude principalmente da dificuldade de acesso à Penitenciária. Há sempre a necessidade de agendar dia e hora para entrar na Biblioteca, uma vez que esta se encontra dentro da Penitenciária e ainda atender as exigências da Instituição, como vistoria e documentação. Isso mostra a dificuldade do profissional bibliotecário para desenvolver o seu trabalho na Biblioteca e atender os seus usuários. No momento, não há nenhum bibliotecário ou funcionário do IPA respondendo pelo atendimento na Biblioteca. O funcionário que havia anteriormente não suportou o clima da Penitenciária; houve posteriormente duas detentas que ficaram responsáveis, mas isso também não deu certo. Isso demonstra que o funcionário do IPA não estava preparado ou capacitado para lidar com esse público especial, que no caso são as detentas. Demonstra também que, além das barreiras físicas impostas pela natureza prisional do ambiente em que se encontra a biblioteca, também há a questão do preparo e da qualificação das pessoas que devem prestar atendimento aos usuários de um contexto tão peculiar.

Já para os professores, devido a ministrarem suas aulas na Penitenciária, não há problema de acesso. Também não foram relatadas dificuldades desses no trato e relacionamento com as presas, pois faz parte da formação deles como profissionais da área de ciências sociais, saberem lidar com as diferenças.

Quanto ao empréstimo de livros não há multa, muito menos prazo de devolução, pelo motivo básico de não haver controle. Este fato se deve, como já foi citado, à falta de um responsável ou auxiliar de biblioteca, o que vem ocasionando o sumiço de muitos livros. Essa é uma das grandes preocupações apontada pelos entrevistados, pois a falta dos livros acaba prejudicando o estudo e os trabalhos de pesquisa das alunas, além de uma perda lamentável no acervo da Biblioteca. Seria de esperar que a instituição prisional colaborasse ou auxiliasse de alguma forma no controle dos livros; entretanto, a mesma se exime de qualquer responsabilidade,

denotando assim uma falta de integração entre a administração do Curso e por conseguinte da Biblioteca com a administração da Penitenciária.

Houve inclusive um treinamento de usuários para as detentas, sobre o uso do catálogo único, que é *on-line*, mas como elas não têm acesso à internet ficou somente como demonstração do seu funcionamento. Todas essas informações mostram a dificuldade de trabalhar com esse tipo de público, dadas as limitações e restrições ao uso e acesso à informação.

O uso da Internet foi inviabilizado pela administração do presídio que alegou motivo de segurança, pois as presas poderiam trocar *e-mails* com pessoas de fora e fazerem outros tipos de acessos. Sabemos que a internet é um dos grandes instrumentos de pesquisa nos dias de hoje e que a falta de seu uso pelas detentas pode prejudicá-las na busca e uso da informação. Assim, acabou até mesmo inviabilizando um curso de informática que seria ministrado a elas, onde os computadores não passariam de simples máquinas de escrever. Sabemos que há várias maneiras de se monitorar o acesso à Internet, seja bloqueando *sites* ou aplicando sanções punitivas ao seu mau uso.

Soma-se a estes outro problema que se refere ao acesso propriamente dito das detentas à Biblioteca. É que somente podem acessá-la nos horários de aula, pelo motivo de estarem presas em celas. Essa é uma grande preocupação da bibliotecária e do professor, pois que acaba obviamente prejudicando a pesquisa e os estudos das presas e tornando a Biblioteca subutilizada. Depois de um ano e meio de curso, foi acertado com o professor entrevistado e a administração do presídio o acesso dessas detentas à biblioteca, sendo-lhes permitido acessá-la uma hora antes do início das aulas, para poderem, através dos livros, realizarem suas pesquisas e estudos. O referido professor atualmente não ministra mais aulas no presídio e não soube precisar como está a situação no momento. Foi constatado pelo pesquisador, através da visita que fez à Biblioteca, que esse acerto não estava mais sendo cumprido, inclusive o uso dos computadores foi proibido; isso torna evidente o descaso da administração da penitenciária e mais uma vez a falta de integração entre as partes, onde os maiores prejudicados são as usuárias a quem se destina esta Biblioteca.

O que se pode depreender é que, por todo este conjunto de dificuldades, está havendo uma subutilização da Biblioteca Madre Pelletier, e que tanto ela como a bibliotecária, não estão conseguindo atender a contento os seus usuários.

5.3.2 Análise da Entrevista com a Professora e Coordenadora da Cátedra de Direitos Humanos do IPA.

A entrevista com a coordenadora da Cátedra de Direitos Humanos foi mais em função do projeto de implantação do Curso de Serviço Social na Penitenciária, os seus objetivos e propostas em relação às alunas-detentas, principalmente no que tange à participação da Biblioteca neste processo.

Foi constatado que a professora também não tinha informações sobre a participação do bibliotecário no projeto do Curso, quer na fase de criação como na sua implantação. Isso mostra que estamos esquecidos, e que o nosso trabalho é visto mais pela parte técnica.

Foi informado que o projeto de implantação do Curso tem um cunho mais social, buscando trabalhar com os excluídos pela sociedade, que no caso são as detentas da Penitenciária. Tem como proposta quebrar paradigmas relacionados a uma instituição penal que tem como princípios a punição e o castigo e repensar a prisão como um lugar de ressocialização.

Foi também questionado o aproveitamento da turma de detentas em relação ao Curso; este, na opinião da professora é bastante satisfatório e dentro dos padrões das turmas que cursam na Universidade. Com todas essas dificuldades enfrentadas pelas alunas-detentas, esse aproveitamento surpreende, mas talvez possa ser explicado pela importância que elas dão a essa oportunidade que pode ser única, principalmente inserida dentro do contexto em que vivem.

Foi questionado também com poderiam ser melhoradas as propostas do projeto diante das dificuldades desse público especial. Concordamos com a resposta da professora de que haveria a necessidade de se fazer uma avaliação nesses dois anos de curso e redefinir as atribuições das partes envolvidas. Talvez nessa

avaliação devesse se fazer presente a própria bibliotecária, enfatizando a importância da biblioteca neste processo e a necessidade de se criar condições de que esta pudesse desenvolver seus serviços de maneira efetiva e eficaz.

5.4 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS PELAS DETENTAS

Serão aqui analisados e interpretados os dados provenientes das respostas ao questionário (Apêndice A) aplicado às usuárias-detentas, sendo as respondentes: três do regime fechado e quatro do regime aberto ou semi-aberto.

Não houve a necessidade de tabulação, pelo baixo número de respondentes, optando-se pela análise descritiva em forma de texto e dividida em tópicos. Através do questionário que foi elaborado para coletar dados sobre o nível de satisfação e necessidades das detentas em relação à Biblioteca Madre Pelletier, chegou-se às conclusões discriminadas abaixo.

5.4.1 Faixa Etária e Regime Prisional

Através das respostas, foi constatado que a média de idade das detentas alunas do Curso de Serviço Social, público alvo da Biblioteca Madre Pelletier, é de 35 anos. Quanto ao regime prisional, uma das alunas já cumpriu a pena, outra foi absolvida, duas estão no regime semi-aberto e três em regime fechado. Cabe salientar que, conforme o regime de progressão de pena, elas saem do regime fechado, podendo assistir às aulas na própria sede da Universidade. Na verdade, a idéia inicial do projeto era que, ao se formarem, as alunas já estivessem em liberdade. A tendência é que, até o ano de 2010, previsão do término do Curso, não haja nenhuma delas no regime fechado.

5.4.2 Escolaridade das Alunas Detentas

Através dos dados colhidos sobre a escolaridade das alunas detentas, foi constatado que, ao serem presas, somente duas estavam estudando e a maioria delas, ou seja, cinco, não estudavam. A maioria é oriunda de escola pública, uma do EJA, e somente uma de escola privada. Isso mostra que a escola pública ainda é, para muitos, a única maneira de acesso à educação. Ocorre que, pelo fato de estarem presas, tiveram uma oportunidade de acesso a um curso superior, o que em outra situação talvez tivesse sido mais difícil. Outro dado interessante é que, entre elas, duas já têm curso superior de Pedagogia, sendo uma com especialização. Dentre os cursos técnicos já concluídos pelas detentas, há uma com curso na área de contabilidade, outra em eletrônica e outras duas com curso de informática.

5.4.3 A Visão das Detentas Sobre a Biblioteca Madre Pelletier

Serão agora descritos os hábitos, necessidades, bem como sugestões das alunas-detentas apurados em relação à Biblioteca. Pudemos observar que muitos dos problemas relatados pela bibliotecária e professores foram também apontados pelas detentas, o que demonstra que os mesmos afetam todos os segmentos envolvidos no processo.

Primeiramente, foi feito um levantamento sobre o hábito de uso de bibliotecas antes de as alunas serem presas, no qual foi constatado que a maioria não tinha o hábito de freqüentá-las. Aquelas que mais freqüentavam bibliotecas eram as que tinham um maior grau de instrução. Podemos deduzir que, quanto maior o grau de escolaridade, mais se faz o uso de uma biblioteca, pois aumentam as exigências em relação aos estudos e pesquisas.

Em relação à Biblioteca Madre Pelletier, foi feito o mesmo questionamento para saber a freqüência com que esta era utilizada. A maioria respondeu que dificilmente usava a Biblioteca, pelo simples fato de só poderem acessá-la durante o período de aula. As que mais a usavam eram aquelas que já tinham formação superior, que também relataram não terem dificuldade nas pesquisas. Já as outras alunas, além de quase não utilizá-la, tinham uma grande dificuldade na busca da

informação, pois não tinham anteriormente o hábito do uso de bibliotecas. Isso mostra que não há no ensino médio, falando em escola pública da qual a maioria é oriunda, a cultura do uso de bibliotecas.

Quanto ao atendimento da Biblioteca, todas foram unânimes em classificá-lo como ruim, pois esse tipo de serviço praticamente não existe. Uma das razões alegadas é a falta de um responsável pela Biblioteca no local, havendo sempre o problema do acesso, que só é permitido na hora da aula.

Quanto à falta de um funcionário, foi relatado, ratificando o depoimento dos outros segmentos, que houve um, da Universidade, trabalhando como auxiliar de biblioteca no local, mas foi por pouco tempo, pois não agüentou a pressão. Isso é mais do que compreensível, porque trabalhar dentro de uma penitenciária exige do funcionário preparação e capacitação psicológicas além das atribuições normais de seu trabalho. Como já foi mencionado antes, foi feita uma tentativa de deixar duas detentas como responsáveis pela Biblioteca, mas também não deu certo, pois se o acesso delas já é difícil, como poderiam executar bem esta função?

Quanto ao acesso, como somente se dá no próprio horário de aula, prejudica as alunas no desenvolvimento de suas atividades, pois, ao recorrerem à Biblioteca, acabam perdendo uma parte da aula. Já houve anteriormente o acesso liberado uma hora antes, mas foi por pouquíssimo tempo, o qual não souberam precisar.

As avaliações quanto ao ambiente da Biblioteca, ficaram praticamente empatadas entre agradável e desagradável, pois fica difícil opinar sobre algo de que pouco se faz uso.

Outro problema relatado foi o referente à falta de livros para pesquisa, pois muitos já sumiram, por não haver um controle de empréstimo. Isso se torna óbvio, pelo simples fato de não haver ninguém responsável pela Biblioteca. Foi, inclusive, tentado um acordo com a administração da Penitenciária, que alegou não ter responsabilidade sobre os materiais e equipamentos da Universidade. A nosso ver, poderia haver uma colaboração da administração, auxiliando pelo menos na cobrança e no resgate dos livros, pois muitos estão, conforme dito pelas presas, nas celas, em vez de estarem na Biblioteca. Este fato é, de certa forma compreensível, pois se não podem usar a Biblioteca, a não ser durante o período de aula, as alunas detentas mantêm o material nas suas celas para que possam utilizá-lo fora do

horário de aula. É de se pensar que se a administração de um Presídio permite a implantação de um curso superior no seu interior, é também de sua responsabilidade que os recursos disponibilizados sejam efetivamente preservados e sua utilização otimizada.

Constatou-se também que a informação sobre novas aquisições de livros na biblioteca somente se dá de maneira informal, seja através do professor, colega ou visita à Biblioteca. Presume-se que a Biblioteca não disponibilize essas informações a suas usuárias em função de todas as dificuldades que enfrenta dentro desse ambiente.

Outra dificuldade constatada é referente à utilização do laboratório de informática que faz parte da estrutura montada pelo IPA para atendê-las. Como já foi mencionado, as detentas não têm permissão para usar os computadores. O que se vê é a ingerência dessa administração, nos equipamentos do IPA, pois às alunas-detentas nem digitarem os seus trabalhos é permitido. Os computadores têm senhas, tendo elas de fazerem os trabalhos de maneira manuscrita.

Dentro das necessidades, conforme os dados apurados acima, podemos constatar através das sugestões e, porque não dizer, reivindicações das alunas-detentas, o seguinte: acesso uma hora antes das aulas para poderem pesquisar e estudar; controle de empréstimo; acesso aos computadores e um funcionário responsável pela Biblioteca.

Constata-se, assim, que infelizmente está havendo uma subutilização dos recursos disponibilizados pela Universidade, principalmente da Biblioteca, dificultando-lhe o desenvolvimento de sua função de “Disseminadora da Informação” e dificultando o objetivo ressocializatório que busca atingir o projeto do Curso.

6 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que esta pesquisa contribua para a produção científica da área, não apenas no sentido de reduzir a insuficiência de literatura sobre a Biblioteca no Sistema Penal, mas também para auxiliar os profissionais bibliotecários, professores e outros que de alguma maneira estejam envolvidos neste contexto.

Através da análise de todos os dados coletados foi feito o levantamento dos principais fatores envolvidos no tema principal que é o “O Papel da Biblioteca na Ressocialização das Detentas no Ensino Superior na Penitenciária Feminina Madre Pelletier em Porto Alegre”, os quais descrevemos abaixo.

O projeto de implantação do Curso de Serviço Social criado pelo IPA tem como objetivo possibilitar a inclusão de um setor marginalizado pela sociedade através da promoção da educação. Teve como desafio sua implantação dentro de uma penitenciária e atender uma classe discriminada e segregada pela sociedade, que são as detentas.

Dentro do perfil das alunas-detentas, conclui-se que a média de idade é de 35 anos, a maioria é oriunda do ensino público, não estavam estudando quando presas e também não tinham o hábito de freqüentar bibliotecas antes de serem presas.

Quanto ao acompanhamento das alunas depois de formadas, o projeto não prevê, mas a instituição já começou a dar um suporte a elas, com uma delas admitida como funcionária do IPA e outra com uma bolsa remunerada.

Quanto à Biblioteca, dada a sua importância, principalmente por estar inserida dentro de uma penitenciária, chega-se a conclusão de que ela não está conseguindo cumprir o seu papel principal, que é a disseminação da informação e do conhecimento aos seus usuários, ou seja, não está atendendo as necessidades das presas em relação ao Curso, devido a:

- a) falta de um auxiliar de biblioteca, que seja responsável pelo acervo e as auxilie nas pesquisas;

- b) falta de um controle de empréstimos, em função do sumiço de livros;
- c) não liberação do acesso à biblioteca pelo menos uma hora antes do início das aulas para estudo e pesquisa ;
- d) não liberação de acesso à Internet e aos recursos do laboratório de informática, pois os mesmos estão bloqueados através de senha.

Outro fator apontado é o fato de que as presas não estão satisfeitas com os serviços da biblioteca, tachando-os como ruins pela simples razão de eles não estarem sendo disponibilizados; basicamente por elas não terem oportunidade de usar a Biblioteca.

Nota-se que toda essa estrutura montada pelo IPA para atender as detentas, está sendo subutilizada, principalmente a biblioteca e o laboratório de informática, em virtude de problemas internos da própria administração da Penitenciária, que talvez ainda não tenha se conscientizado da importância do bom funcionamento desse projeto.

O que se pode notar ainda é que os profissionais envolvidos não têm pleno conhecimento das dificuldades enfrentadas pelas detentas. Daí a importância de um estudo de usuário, pois através de uma pesquisa como esta é que podem vir ao conhecimento dos profissionais envolvidos a real situação pela qual as detentas passam.

Nota-se que está faltando uma integração efetiva da administração da Penitenciária com os profissionais da Universidade envolvidos nesse projeto de ensino, o que tem de ser revisto com urgência para não haver mais prejuízos na formação educacional das detentas.

Quanto ao bibliotecário, também é ele um dos grandes prejudicados no desenvolvimento do seu trabalho, pois além de não conseguir manter um ajudante ou auxiliar de biblioteca na Penitenciária, tem o acesso dificultado, o que o impede

de desenvolver um trabalho mais efetivo em relação às presas e à própria unidade de informação.

Nota-se também que os professores desconheciam se houve a participação de um bibliotecário no projeto de implantação do Curso, o que aponta para uma falta de conhecimento da importância dessa participação. Participação houve, mas foi muito tímida, somente na parte de processamento técnico dos livros, que foram indicados pelos professores; e na estrutura física, como mesas, cadeiras e estantes. O bibliotecário tem uma missão muito maior, por que também é um educador com um papel social muito importante na vida e no desenvolvimento intelectual desse público especial que são as detentas.

Quanto ao acompanhamento das alunas depois de formadas, o projeto não prevê, mas a instituição já começou a dar um suporte a elas, com uma delas admitida como funcionária do IPA e outra com uma bolsa remunerada.

Concluindo constata-se que, infelizmente, por todos os problemas apontados, a Biblioteca não está cumprindo o seu papel na ressocialização das detentas. Como vimos, são várias as dificuldades enfrentadas pela Biblioteca e espera-se que possam ser encontradas alternativas para a solução desses problemas. Salientamos que essas soluções só podem surgir através de uma união de forças entre os diversos segmentos envolvidos, mas pensamos que a Biblioteca deve mostrar-se e ser ouvida, para que possa real e eficientemente cumprir o seu papel.

7 RECOMENDAÇÕES

O trabalho desenvolvido pelo IPA, em princípio, é muito louvável, por ser um projeto piloto, e principalmente por estar sendo desenvolvido e aplicado dentro de uma penitenciária. Devido a essa condição, entretanto, surgiram e irão surgir muitos problemas que devem ser estudados e solucionados.

Em face dos resultados obtidos, e considerando-se a importância da Biblioteca Madre Pelletier para seus usuários, recomenda-se:

- a) a realização de, ao menos, uma reunião mensal entre a Universidade, através da coordenação do curso de Serviço Social, a Cátedra de Direitos Humanos e a SUSEPE, para discussão e equalização dos problemas;
- b) a facilitação do acesso dos profissionais envolvidos no processo de educação, no qual se inclui a bibliotecária, que precisa agendar sua visita a cada ida à penitenciária;
- c) a preparação e orientação dos profissionais que irão trabalhar com as detentas;
- d) a orientação e conscientização dos agentes penitenciários da importância desse projeto, pois o que se nota é que está faltando colaboração e sensibilização em relação às presas por parte dos funcionários e da administração da Penitenciária;
- e) a colocação de um auxiliar de biblioteca, responsável pela unidade, devidamente habilitado para lidar com esse público especial, que são as detentas;
- f) o uso de toda estrutura montada pelo IPA por quem de direito, ou seja, as alunas-detentas.

Finalizando sugere-se que, procurando sempre alternativas de solução para os problemas que surjam, exemplos como esse do Centro Universitário IPA Metodista sejam seguidos e multiplicados pelo nosso País; são trabalhos e parcerias como esta que contribuem para a mudança do cenário atual do sistema prisional, no qual todos nós temos uma parcela de culpa, pois não basta somente segregar esses indivíduos, e sim é preciso prepará-los para o retorno à sociedade e, conforme afirmou Paulo Freire (1983), um dos grandes educadores de nossa época, só a educação liberta.

REFERÊNCIAS

ARTEAGA-FERNÁNDEZ, Fernando. Bibliotecas Universitárias versus Bibliotecas Especializadas. **Revista de Bibliotecologia y Ciencias de la Información**. La Paz, v. 6,n.8, Enero/ Junio 2001. Acesso em: 15 de junho de 2008.

ATIENZA, Cecília Andreotti. **Documentação Jurídica**: introdução à análise e indexação de atos legais. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/con1988/CON1988_05.10.1988/art_205_.htm>. Acesso em 05 de jan. 2008.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de Julho de 1984**: Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102391',nautilus>> Acesso em 05 de jan. 2008.

BRASIL. **Projeto de Lei do Senado Nº 164, de 2007**. Altera dispositivos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal –, para introduzir a remição da pena pelo estudo. Disponível em: <www.senado.gov.br/sf/publicacoes/diarios/pdf/sf/2007/03/28032007/07607.pdf> Acesso em 08 set. 2007.

CALAZANS, Angélica Toffano Seidel. Estudo de Caso – uma estratégia de pesquisa. In: Mueller, Suzana Pinheiro Machado. **Métodos para Pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007.

CAMPELLO, Bernadete Santos. O Movimento da Competência Informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. In: **Ciência da informação**, Brasília, v.32 (3) : 28-37, set./dez. 2003.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. Bibliotecas Universitárias e Especializadas: paralelos e contrastes. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 7, n. 1, jan. / jun., 1979.

_____. **Textos Avançados em Referência e Informação**. São Paulo: Polis: APB, 1996. (Coleção Palavra-chave, n. 6).

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 31. ed. Petrópolis, Vozes, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 12.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GALLIANO, A. Guilherme. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. Schmidt. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.35, n 2, p. 57-63, mar/abr. 1995

GUINCHAT, Clarie; MENOUE, Michel. **Introdução Geral às Ciências e Técnicas da Informação e Documentação**, 2ª ed. cor. e aum. Por Marie France Blanquet. Brasília, DF: IBICIT, 1994.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de A. **Técnicas de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 1996.

LITTON, Gaston. **La Biblioteca Especializada**. Buenos Aires: Browker Editores Argentina, 1974. (Colección Breviários del Bibliotecário).

MEDEIROS, Marcelo. **Questionários: recomendações para formatação**. Brasília, DF: IPEA, 2005. (Texto para discussão nº 1063).

MINAS, Vítor. **Prisioneiras do Pelletier são Valorizadas pelo Trabalho**. JORNAL CS ZONA SUL, 24, jan. 2006. Acesso em 05 de abril de 2008. Disponível em: <http://www.cszonasul.com.br/index.php?go=noticia&id=335>

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Execução Penal: comentários à Lei nº 7.210, de 11.7.1984**. 10. ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2002.

PAIVA, Arantes de. **Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos**. Disponível em: < http://www.arantesdepaiva.adv.br/pagina/regras_minimas_para_tratamento>. Acesso em 22 maio 2008.

RIO GRANDE DO SUL. **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 1989**: Texto constitucional de 3 de outubro de 1989. Capítulo II – Política Penitenciária. Disponível em: <www.al.rs.gov.br/prop/Legislacao/Constituicao/constituicao.htm> . Acesso em: 12 de abril de 2008.

RIO GRANDE DO SUL. Superintendência dos Serviços Penitenciários. **Mapa Carcerário**, 2008. Disponível em: <www.susepe.rs.gov.br> . Acesso em: 8 de abril de 2008.

SICHES, Luis Recasens. **Tratado de Sociologia**. Porto Alegre: Globo, 1968. v.2.

STUMPF, Ida Regina Chitto. Estudo de Comunidades Visando à Criação de Bibliotecas. **Revista de Biblioteconomia e Comunicação**. Porto Alegre, vol. 3, p. 17-24, jan/dez. 1988.

TARGINO, Maria das Graças. **Conceito de Biblioteca**. Brasília, DF: ABDF, 1984.

THIESEN, José Martini. **Bibliotecas Prisionais no Rio Grande do Sul**: situação e propostas. 50 f. 2002. Monografia – (Bacharelado em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Departamento de Ciências da Informação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. 1 CD-ROM 034. Ori.: Neves, Iara Conceição Bitencourt.

VOLPATO, Sílvia Maria Berté. **A Trajetória de uma Biblioteca Especializada**: o caso da biblioteca do curso de pós-graduação em administração da UFSC. 1999. Dissertação apresentada no curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção – área de Engenharia de Avaliação e Inovação Tecnológica, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/Resumo.asp?809>>. Acesso em: 13 set. 2007.

WADSWORTH, Yoland. **Do It Yourself Social Research**. 2nd. ed. Crows Nest: Allen & Unwin, 1997.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO sobre a Biblioteca Madre Pelletier do IPA

Prezada usuária:

Este questionário foi elaborado para o Trabalho de Conclusão do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Visa coletar dados sobre o seu nível de satisfação e necessidades em relação à Biblioteca Madre Pelletier. Os dados obtidos a partir do questionário serão utilizados apenas para fins desta pesquisa, havendo comprometimento de que não será divulgada a identidade das respondentes. Sua colaboração é muito importante para realização deste trabalho o qual poderá servir para a aplicação de futuras melhorias.

A menos que seja solicitado, assinale uma única opção nas questões abaixo:

1 Qual a sua idade?

2 Qual o seu regime prisional atualmente?

- Fechado
- Aberto
- Semi-aberto

3 Quando ingressou no Madre Pelletier, você estava estudando?

- Sim
- Não

4 Onde você cursou o Ensino Médio (2º grau)? Assinale todas as respostas pertinentes:

- Escola Pública
- Escola Privada
- Supletivo
- EJA

5 Você já concluiu algum curso? Responda assinalando as respostas pertinentes.

- Não, nenhum
- Sim, curso Superior. Qual? _____
- Sim, curso Técnico. Qual? _____
- Outros

6 Você já freqüentava alguma biblioteca antes de estar no Madre Pelletier?

- Sim, diariamente
- Sim, semanalmente
- Sim, mensalmente
- Sim, mas raramente
- Não. Nunca.

7 Com que freqüência você utiliza(ava) os serviços da Biblioteca Madre Pelletier?

- Diariamente
- Semanalmente
- Mensalmente
- Raramente

8 Que serviços você gostaria de encontrar na Biblioteca Madre Pelletier?

9 Com que freqüência você encontra(ava) a informação que precisa(ava) na Biblioteca Madre Pelletier?

- Sempre
- Freqüentemente
- Raramente
- Nunca

10 Você é/era informado sobre novas aquisições da Biblioteca Madre Pelletier?

- Sempre
- Às vezes
- Raramente
- Nunca

Em caso positivo, como?

- Através de mural
- Oralmente
- Outros.

Quais? _____

11 Você necessita(ava) de auxílio para buscar a informação desejada na Biblioteca Madre Pelletier?

- Sim, sempre
- Não
- Sim, as vezes

12 Como você qualifica(ava) o atendimento da Biblioteca Madre Pelletier?

- Ótimo
- Bom
- Regular
- Ruim

Justifique:

13 Como poderia classificar o ambiente da Biblioteca Madre Pelletier?

- Agradável
- Muito agradável
- Desagradável

14 Utilize este espaço para apresentar sugestões referente à Biblioteca Madre Pelletier.

Obrigado,
Ricardo Petry
Acadêmico de Biblioteconomia.

APÊNDICE B

Transcrição da Entrevista com a Bibliotecária do IPA Responsável pela Biblioteca Madre Pelletier.

A entrevista, a qual foi gravada, foi feita com a Bibliotecária do IPA, CRB-10/995 , Marialva Machado Weber, formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a qual responde por todas as bibliotecas do IPA e também pela Biblioteca Madre Pelletier.

- 1 Há um Plano de Ação (*específico/diferenciado para esta Biblioteca*)? Não, o que acontece é que com a expansão do IPA, foi feito um estudo junto ao Madre com objetivo de levar um curso superior para o presídio, que foi implantado simultaneamente no Campus e no Presídio.
- 2 Missão e/ou Visão desta Biblioteca. Não há.
- 3 Houve participação do bibliotecário no processo de inserção do curso no presídio? A participação foi mais em relação à estruturação do mobiliário e adequação ao espaço físico, como: mesas, cadeiras e estantes para acomodação dos livros. As obras do acervo foram todas indicadas pelos professores do curso e o processamento técnico foi feito por nós na biblioteca central do IPA.
- 4 Nome da biblioteca? Até foi tentado um nome, mas o IPA respondeu que são unidades e que levariam o nome da unidade, ficando o nome de Biblioteca Madre Pelletier.
- 5 Quando foi inaugurada? Em março de 2006
- 6 Há acompanhamento permanente de um bibliotecário aos serviços/atividades desenvolvidas na Biblioteca? Não há em função da dificuldade de acesso ao local, e as visitas são esporádicas, pois tem todo um procedimento. É preciso marcar hora com os agentes para liberar a presença e estar apto a atender as exigências de um presídio, como vistoria e documentação.

- 7 Há alguém que trabalhe na Biblioteca? No momento não.
- 8 Há algum responsável e/ou substituto pela biblioteca na ausência do bibliotecário? Havia inicialmente um funcionário do IPA, do sexo masculino, mas devido ao clima do presídio não houve condições da continuidade do serviço. Foi feito também o treinamento 2 presas, mas também não deu certo.
- 9 Como se dá o acesso a biblioteca? O acesso se dá somente nos horários de aula que é das 19:20 às 22:50h.
- 10 Qual a frequência? Há um controle? Não há um controle, pois é tudo junto, sala de aula, laboratório de informática e biblioteca, pois podem acessar a biblioteca ou não.
- 11 Qual o espaço destinado à biblioteca? O espaço destinado a biblioteca é bem pequeno, onde cabem quatro estantes que acomodam as obras.
- 12 Equipamentos e mobiliários presentes na Biblioteca? São apenas quatro estantes, e não há uma sala específica de estudos, podendo ser usada a sala de informática.
- 13 Qual o acervo? O acervo atual é de 351 volumes e 146 títulos, com obras de referência, e revistas de interesse do curso, sendo três exemplares de cada obra.
- 14 Como está organizado? A biblioteca foi organizada com um acervo específico de serviço social, de acordo com o projeto do curso , ou seja atendendo a bibliografia básica e complementar.O processamento técnico das bibliotecas do IPA está centralizados na Biblioteca Central e encaminhados para os Campi. Adotamos o código de CCAA², classificação CDD e tabela PHA de autores. O sistema de informatização é o Sophia Biblioteca agora na versão ELO.
- 15 Quanto ao empréstimo de livros, há um controle? Não há controle, a retirada dos livros se dá de forma natural, não tem processo e multa e prazos para entrega.

APÊNDICE C

Transcrição da Entrevista com o Professor e Membro da Cátedra de Direitos Humanos do IPA.

1. Houve participação do bibliotecário no processo de inserção do curso no presídio? Não tenho conhecimento, mas acho que não houve.
2. Como se dá o acesso a biblioteca? Pelo motivo de estarem presas em celas o acesso se dava somente no horário de aula, mas depois de um ano e meio após o curso, foi acertado com a administração do presídio que as presas tivessem acesso à biblioteca uma hora antes do início das aulas para poderem ter acesso aos livros e realizarem as suas pesquisas. Hoje já não dou mais aula lá, e não sei como está a situação.
3. Como está sendo utilizada a Biblioteca e os seus recursos? A Biblioteca fica num espaço pequeno e está sendo subutilizada, pois além de não ter um controle de empréstimos, o que acarreta o desaparecimento de muitos livros, somente pode ser usada no período de aula. Quanto aos recursos, existe junto a Biblioteca um laboratório de informática com 5 computadores, aos quais foi inviabilizado pela administração do presídio o uso da Internet, que é um grande instrumento de pesquisa e é essencial para pesquisa. Alegaram motivo de segurança, pois as presas poderiam trocar e-mails com pessoas de fora e fazerem outros tipos de acessos. O que eu não concordo, pois há várias maneiras de se monitorar o acesso, o que acabou até mesmo inviabilizando um curso de informática que seria ministrado a elas, onde os computadores nesta situação não passam de simples máquinas de escrever.
4. Haverá o acompanhamento das alunas após a formação? O projeto não prevê, mas a instituição já começou a dar um suporte as alunas, com uma delas admitida como funcionária do IPA e outra com uma bolsa remunerada.

5. Houve alguma desistência? Por quê? Das dezesseis que começaram o curso, há apenas treze, e dessas, duas desistiram e uma foi transferida para outra penitenciária.

APÊNDICE D

Transcrição da Entrevista com a Professora e Coordenadora da Cátedra de Direitos Humanos do IPA.

1. Quando foi criado o Curso de Serviço Social no PFMP? O curso foi planejado em 2005 e iniciado em março de 2006.
2. Houve projeto de implantação do curso?. Sim.
3. Houve a participação do bibliotecário? Não tinha informação sobre participação deste setor da instituição.
4. Nº de alunas-detentas atualmente? Até março de 2008 era o seguinte: Três no regime fechado e dez no regime aberto e semi-aberto.
5. Quais são os objetivos ou propostas do projeto? Estão sendo atingidos? Os objetivos principais têm duas perspectivas. A primeira, a perspectiva da política pedagógica institucional, é de possibilitar a inclusão de setores marginalizados pela sociedade como as pessoas privadas de liberdade e repensar o presídio como lugar de ressocialização. Neste sentido e diante do ineditismo o projeto está caminhando progressivamente, enfrentando cotidianamente os obstáculos e as dificuldades previsíveis pelo próprio desafio a que se propõe: levar a educação superior para uma instituição da cultura histórica e sociologicamente estruturada para a punição e o castigo. A segunda perspectiva é a individual, de garantir o acesso do direito ao ensino superior de cada uma das alunas, com qualidade. As informações que tenho neste sentido são de que a turma formada no presídio tem aproveitamento muito satisfatório e nos mesmos padrões que as turmas regularmente formadas nas unidades do centro universitário.
6. Como podem ser melhorados? Acredito que com a reedição da experiência e a redefinição das atribuições das partes envolvidas, à luz da avaliação realizada após dois anos do projeto.

ANEXO A

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 164, DE 2007. Altera dispositivos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal –, para introduzir a remição da pena pelo estudo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta lei altera os artigos 126, 127 e 128 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

Art. 2º A Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semi-aberto poderá remir, pelo trabalho ou pelo estudo, parte do tempo de execução da pena.

§ 1º A contagem do tempo para o fim deste artigo será feita à razão de:

I – um dia de pena por três de trabalho;

II – um dia de pena por vinte horas de estudo, divididas, no mínimo, em quatro dias.

§ 2º O preso impossibilitado de prosseguir no trabalho ou no estudo, por acidente, continuará a beneficiar-se com a remição.

§ 3º O tempo a remir acumulado em função das horas de estudo será acrescido de um terço, no caso da conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação.

§ 4º A remição será declarada pelo juiz da execução, ouvido o Ministério Público e a defesa”. (NR)

“Art. 127. Em caso de falta grave, o juiz poderá revogar o direito a até 1/3 (um terço) do tempo remido, observado o disposto no art.

57, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar”. (NR)

“Ar. 128. O tempo remido será computado como pena cumprida, para todos os efeitos”. (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.